

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADES: (DES)CONSTRUINDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cristiane Gonçalves da Silva¹
Nathalia Campana Sato²
Fabrício Gobetti Leonardi³

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre uma experiência protagonizada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos em parceria com o Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: relações de gênero, sexualidades e movimentos sociais da UNIFESP/Baixada Santista. A partir da realização da Oficina “Gênero, Diversidade e Direitos” com profissionais da Secretaria Municipal de Educação do município de Santos (parte da Programação da I Semana da Diversidade Sexual de Santos/2012) gerou subsídios para compreender o lugar das temáticas Gênero e Sexualidades na formação profissional e mostrou que ainda são incipientes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do campus da UNIFESP Baixada Santista. O cotidiano de educadores(as) nas relações estabelecidas na Universidade e nas escolas revela dificuldades no cumprimento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH III), já que a Educação é marcada pela linguagem do gênero e pela crença na hegemonia da sexualidade heterossexual. A experiência implicou no estabelecimento de um processo (ensino/extensão/estágio) comprometido com uma formação universitária que rompe com a reprodução da violação dos direitos. Os processos educativos devem investir na formação que concebe pessoas como sujeitos detentores de direitos, inclusive para o exercício da sexualidade e as instituições de Educação devem estar comprometidas com o horizonte ético-político dos direitos humanos.

Palavras-chave: Educação. Formação. Gênero. Sexualidades.

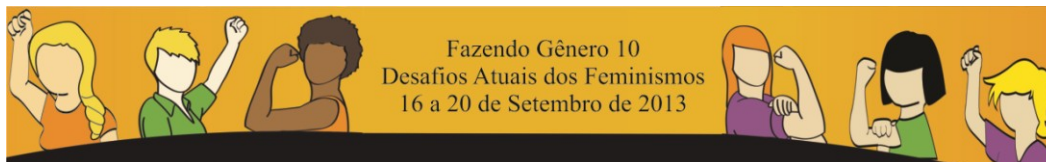
Apresentação da empreitada e desafios cotidianos

As reflexões apresentadas resultam da realização de Oficina Educativa Gênero, Diversidade e Direitos realizada com profissionais da rede municipal de Educação de Santos. Foi uma atividade de formação que se caracterizou pelo desafio de introduzir mecanismos que rompessem com significados essencialistas presentes na sociedade e reproduzidos nas escolas e de tentar deixar, a partir dos(as) educadores(as), o terreno fértil para mudanças na forma de compreender as relações de gênero e a construção da sexualidade. Tinha também como tarefa pautar os direitos humanos na formação profissional e na execução do processo educativo, ao desenvolver estratégias e métodos

¹ Docente da Universidade Federal de São Paulo/Baixada Santista (UNIFESP-BS), Depto. Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Eixo Comum O Ser Humano e sua Inserção Social, co-coordenadora do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: relações de gênero, sexualidades e movimentos sociais (NEHS), membro do Centro de Referência em Direitos Humanos da UNIFESP-BS (CRDH), pesquisadora do NEPAIDS/USP.

² Estagiária do CRDH, estudante do 9º termo de Psicologia, participante do NEHS.

³ Técnico Administrativo em Educação do Curso de Serviço Social da UNIFESP-BS, membro do CRDH e do Programa de Educação Popular da UNIFESP-BS, pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação Popular na Perspectiva Freiriana: referencial teórico-metodológico para a transformação social.

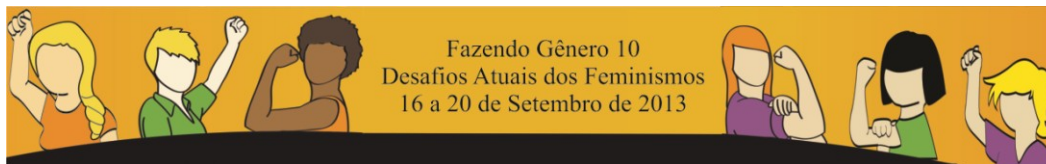


para cumprir, ao mesmo tempo, uma dupla missão de formação: como atividade de estágio de estudantes de Psicologia e Serviço Social no CRDH⁴, constituída a partir do horizonte conceitual adotado para Educação, Gênero, Diversidade Sexual, Direitos Humanos, transformando e deslocando as concepções destes(as) estudantes, ativos na elaboração e da proposta para efetivação do processo educativo da Oficina e na condição de condutores(as), junto aos (as) educadores(as) municipais.

A Oficina Gênero, Diversidade e Direitos permitiu revelar alguns elementos que podem contribuir com o investimento na formação profissional implicada com o horizonte político dos direitos humanos também para dimensão da sexualidade e das relações de gênero. Problematizar a dupla dimensão do caráter formativo da Oficina é apresentar suas potencialidades a partir da participação ativa de todos(as) sujeitos envolvidos(as) e no respeito pela pluralidade. É compreender o processo educativo com campo político da luta pelos direitos sexuais. Por esta razão é essencial que esta temática esteja presente na formação acadêmica, marcando presença no ensino, na pesquisa, na extensão. Há interesse em promover um processo educativo constituído por sujeitos diversos também nos seus saberes e que não deve excluir a diversidade do processo educativo. O estágio implicou na formação de sujeitos mais engajados na compreensão da sexualidade e do gênero a partir da cultura e no investimento em formação comprometida com direitos. Além disso, implicou na transformação do estagiários(as), que se caracteriza por ser 'sujeito em formação', em condutores(as) de um processo educativo o que significa em um dos contínuos deslocamentos esperados no processo. O processo de formar e ser formado é contínuo e comum a todos e todas durante o processo.

O processo educativo da Oficina é reconhecido como uma estratégia potente ao problematizar a construção social do gênero e da sexualidade e dos direitos na educação. Nesta lógica de dar visibilidade aos significados atribuídos ao gênero e à sexualidade, é importante olhar também para a interação ocorrida entre os(as) participantes diante das temáticas. Este processo constitui-se como repertório privilegiado para compreensão de como se perpetuam as barreiras cotidianas para efetivação de uma sociedade que seja capaz de romper com preconceito, estigma e discriminação. Ainda são reproduzidos nas instituições de educação, visões essencialistas e padrões

⁴ O CRDH UNIFESP BS tem como objetivo realizar e viabilizar ações que, por meio da formação, da pesquisa, da intervenção/extensão e da articulação junto às políticas públicas e sociedade civil organizada no contexto da Baixada Santista. A atuação tem como perspectiva a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos, conforme previsto no PNDH III. Atualmente, O CRDH UNIFESP BS tem financiamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.



normativos conservadores que reforçam estereótipos e deixam o ambiente da escola ainda distante da compreensão de direitos sexuais como constitutivos dos direitos humanos.

Foram realizadas parcerias estabelecidas com Secretarias de Educação e Saúde de Santos, com NEHS articularam-se a partir da dinâmica do contexto político municipal, vivenciados pela participação da UNIFESP-BS nas reuniões do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para políticas municipais para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) da Prefeitura Municipal. A Universidade participou da organização da I Semana da Diversidade Sexual de Santos em 2012, evento este que, por meio de decreto de lei municipal⁵, passou a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos. Para UNIFESP-BS coube o papel de atender demanda identificada pelo GTT para realização de formação para os profissionais da Secretarias Municipal de Educação (SEDUC).

A demanda foi trabalhada no processo de elaboração e execução da Oficina Gênero, Diversidade e Direito⁶, atividade descrita e analisada neste trabalho com a pretensão de apresentar mais justificativas para o investimento na compreensão de sexualidade e gênero como construções sociais e na desconstrução de barreiras para garantia de todos os direitos, inclusive os sexuais.

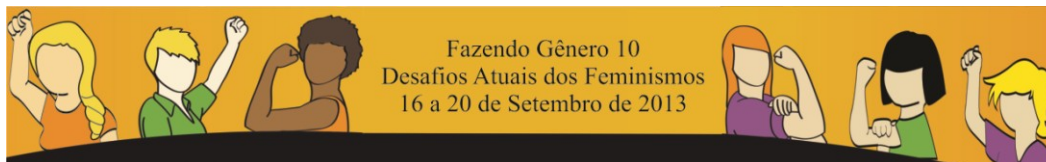
Pretende também apontar existência de lacunas entre as diretrizes preconizadas nas orientações sobre direitos humanos em documentos oficiais e a proeminência dos padrões de gênero hierarquizantes e heteronormativo vigentes na sociedade. No cotidiano da escola revelam-se cenas, palavras, gestos, acontecimentos referentes, incontestavelmente, à sexualidade e gênero e, apesar disso, a sexualidade no espaço educativo ainda causa arrepios na maioria dos(as) que estão no seu interior, e em detrimento do fato de toda comunidade educativa⁷ produzir, voluntária ou involuntariamente, marcas nos corpos/as e na expressão sexual de estudantes. (MAIO, 2011).

O caminho para que a diversidade seja compreendida como uma característica da sexualidade e que, portanto, haja reconhecimento de que não existe um padrão que possibilite

⁵ Decreto Municipal no. 2835 de 02 de Maio de 2012.

⁶ O processo de elaboração e execução da Oficina Gênero, Diversidade e Direitos foi fruto da participação e colaboração de todos(as) envolvidos(as) e importante para o momento em que o CRDH iniciava sua instituição. Participaram do processo: 12 estagiários(as) do CRDH (sendo do curso de Psicologia: Carlos Eduardo Costa, Elis Cristina Alquezar, Marina Galacini Massari, Nathalia Sato Campana, Rafaela Camargo Baldo e Rui Teixeira Lima Jr e do curso de Serviço Social: Andiará Lucia Cardoso Magalhães Pereira, Caroline Louise Dutra Catini, Cristina Jacques, Débora de Cássia Fernandes Silva, Juliana de Magalhães Carrapeira, Marília Marques Nunes; 8 bolsistas do PET Educação Popular coordenado pela professora Raiane P. Severino Assumpção que tiveram papel central na relatoria e registro da atividade, junto com 1 bolsista do Programa Jovens Talentos; da Secretaria Municipal de Saúde, as educadoras Ana Lúcia de Jesus Silva Lopes e Mônica Lobarinhas que coordenam o projeto PESCCA que realiza prevenção de DST/HIV/Aids e Hepatites na rede pública de ensino da cidade; o processo foi supervisionado por Fabrício Leonardi e a professora Cristiane Gonçalves coordenou do processo e foi a principal interlocutora junto a Prefeitura de Santos.

⁷ Segundo autora, a comunidade educativa constitui-se de pais/mães, professore(as), direção, equipe pedagógica, administrativa e funcionários(as).

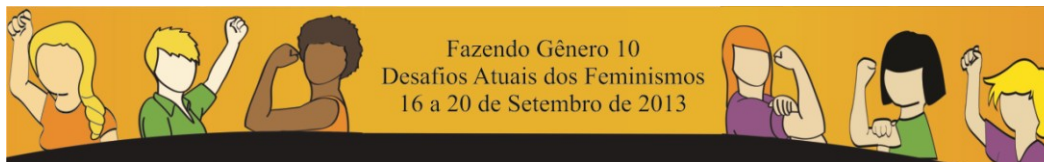


definir o envolvimento afetivo e sexual de um indivíduo em relação ao outro, ainda está distante da realidade das instituições de Educação. Junqueira (2012) afirma que:

“A escola tornou-se, assim, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens. Com efeito, classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, entre outros fenômenos discriminatórios, fazem parte da cotidianidade escolar não como elementos intrusos e sorrateiros. Eles, além de terem sua entrada geralmente franqueada, agem como elementos estruturantes do espaço escolar, onde são cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as” (p. 280,281)

Em torno da diversidade constituem-se poderes e produz-se desigualdade, já que práticas e orientações sexuais são classificadas a partir de hierarquização que estabelece modelos de sexualidade, concretizando um “padrão normal” à custa de estigmatização e degradação da diversidade sexual. Os modelos de compreender a diversidade são aprendidos na escola, assim como valores e modelos de conduta que encarnam as desigualdades da sociedade. A heteronormatividade está nas concepções curriculares e nas visões da comunidade escolar mostrando a escola como *“instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação de normas de Gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos/as.”* (JUNQUEIRA, 2011, p. 281) As instituições de Educação não compartilham com a concepção que entende que a qualidade de ser e de agir de homem ou mulher é realizado pela cultura, encontra-se implicado no processo de socialização. Não se reconhece a multiplicidade de construções do ser masculino e do ser feminino a partir de diversificados modelos, ideais, padrões e imagens, de diferentes contextos de classe, raça-cor-ethnia, religião, geração.

Por outro lado, a escola também é reconhecidamente um espaço importante para investir na formação de sujeito críticos que superam e desconstruem desigualdades. Por isto, a forma como educadores(as) posicionam-se perante os direitos sexuais e na promoção da cidadania é fundamental. É essencial compreender as *“engrenagens do cruzamento dos dispositivos da sexualidade e da educação escolar como uma forma de ultrapassar o caráter de normalização que tem historicamente limitado as práticas de liberdade.”* (NARDI, 2008, p. 14) Na área da Educação, a implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, respeito à identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo e da homofobia encontra respaldo, entre outras iniciativas, nas propostas de ações governamentais contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos III e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Estas políticas resultam do processo de transformação da sociedade marcado inicialmente pela promulgação da



Constituição Federal de 1988 e efetivado a partir da permanente luta política dos movimentos sociais, especialmente movimentos feministas e movimentos LGBT.

O PNDH III é constituído de um Eixo Norteador denominado “Educação e Cultura em Direitos Humanos” no qual as ações preconizadas atribuem para a Educação a responsabilidade pela garantia da não discriminação e pela busca da equidade de forma mais ampla. De acordo com o Programa, é atribuição da Educação o desenvolvimento de políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social. (PNDH III, p. 157). Já no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos a Educação é concebida como estratégica e capaz de produzir uma sociedade igualitária e deve ser compreendida como:

“um direito em si mesmo e um meio indispensável para acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena [...]” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pg 25).

A incorporação das temáticas e a preocupação em efetivar a educação como um campo de construção de uma cultura mais democrática tem implicado na transformação da prática educativa efetivada no cotidiano. Neste sentido, esta discussão pretende refletir sobre esta prática, entendendo que os processos educativos constituem permanentes campos de produção do conhecimento e de formação cidadã.

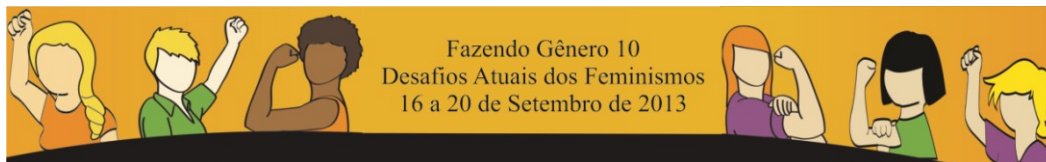
A Oficina: permanente processo em construção

A preparação implicou no em longo percurso que permitiu o envolvimento com os temas: pesquisas, leituras científicas, discussões, troca de percepções e experiências, exercícios que buscavam a compreensão e familiaridade com o papel da escola. O formato final da Oficina é produto de um processo formativo de transformação e deslocamento de lugares dentro da lógica do ensino-aprendizagem⁸.

A Oficina contou com a participação de 68 profissionais da SEDUC que exerciam a função de coordenação ou/e orientação pedagógica do ensino infantil e fundamental⁹ que foram divididos

⁸ A Oficina ocorreu em 29 de novembro de 2012, mas o percurso de trabalho inicia-se em setembro de 2012, com a realização de encontros acordados com todos(as) e totalizou que totalizaram em torno de 46 horas de trabalho.

⁹ A Oficina foi elaborada na expectativa que participassem todos(as) profissionais da rede municipal. Entretanto no dia da atividade foi informado que a maioria dos 68 presentes era do ensino infantil já que a SEDUC orientou para que participassem nesse dia e o fundamental na Mesa “Direitos Sexuais na Educação” do dia 30/1. Não temos a informação exata porque parte dos(as) educadores(as) não preencheu a lista de presença da forma esperada.



em 6 grupos menores, em coerência com a proposta metodológica elaborada. A mesma Oficina foi executada ao mesmo tempo por diferentes duplas de facilitadores(as) e durou 1 hora e 45 minutos, tendo produzido também uma síntese de discussão de propostas de intervenção. Após este período, grande grupo foi recomposto para apresentação das sínteses. Cada grupo contou com a participação de 2 relatores(as) que além de registrar o processo, colaboraram com a construção da síntese a ser compartilhada no grande grupo.

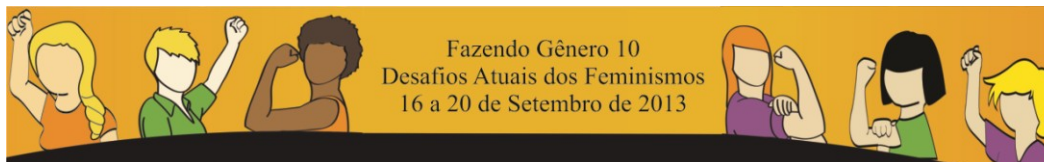
Toda concepção que orientou o processo da Oficina nasceu do reconhecimento da potencialidade da Educação como promotora dos direitos humanos e do reconhecimento da legitimidade da demanda trazida pela Prefeitura para a Universidade. A Oficina constitui-se também em campo de atuação para equipe de estagiários(as) que se engajaram no trabalho de concepção metodológica de processo educativo, implicando também na promoção do aprofundamento conceitual onde o processo circunscreve-se: gênero, sexualidade e direitos sexuais.

O objetivo da Oficina Gênero, Diversidade e Direitos foi oferecer subsídios conceituais e metodológicos para que os profissionais da SEDUC tivessem alguma aproximação com as temáticas e tentar fazer com que a reflexão coletiva promovesse, de alguma forma, deslocamentos rumo à mudança da prática cotidiana, em direção a promoção de maior respeito à diversidade¹⁰. O desenvolvimento da Oficina foi baseado em situações vividas pelos(as) educadores(as) no cotidiano do trabalho nas escolas. No horizonte metodológico das Oficinas está a opção pela Educação Popular, já que como método de educação é capaz de oferecer subsídios para construção do processo com os(as) educadores(as), concebendo todos e todas como sujeitos igualmente importantes no processo de educação empregado, permitindo dissolver questionamentos em relação aos diferentes status dos(as) participantes. Neste processo educativo, é reconhecida legitimidade nos diferentes saberes, procura-se a inclusão de todos(as) no processo para escapar de hierarquias entre os participantes.

A condução da Oficina esteve vinculada à forma como as experiências dos(as) educadores(as) municipais apareceram e à forma como foram compartilhados casos, cenas e situações do cotidiano. Para trazer as experiências para o processo educativo, foi utilizada uma questão disparadora¹¹ como estratégia para provocar a pessoas a participar e, ao mesmo tempo,

¹⁰ Reconhecemos a limitação da proposta e que, portanto, é impossível avaliar se ocorreram esses deslocamentos. De qualquer forma, não temos dúvidas de que foram empreendidos esforços neste sentido, mesmo compreendendo os limites da equipe e da metodologia no acompanhamento dos desdobramentos do processo educativo junto a rede municipal.

¹¹ A questão disparadora escolhida, foi: *"Você já se deparou com alguma questão sobre sexualidade em sua escola? Como lidou?"*



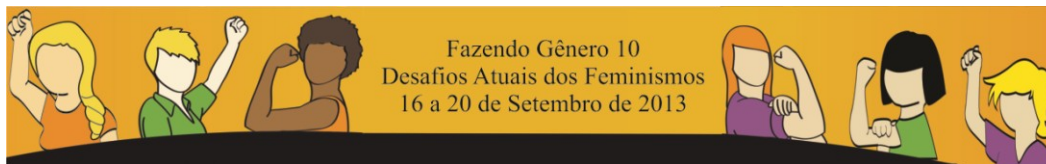
permitir que compartilhem suas próprias concepções sobre sexualidade. A discussão também foi conduzida a partir da utilização de vídeos¹² que serviram para fomentar a discussão no grupo já a partir de experiências e compreensões conceituais sobre a temática. Outra estratégia do processo educativo das Oficinas consistiu na utilização de palavras e expressões¹³ que foram escolhidas e justificadas pelos(as) participantes e pelos(as) facilitadores(as) e também utilizadas por estes(as) para estabelecer conexões com o campo teórico, costurando sempre com as experiências e significados trazidos pelos(as) educadores(as). A reflexão conduzida desta forma, permitiu aproximação com as temáticas sem perder o repertório conceitual, tal como preconiza a Educação Popular. O processo da Oficina realizado em cada sala, desembocou na discussão para definição de propostas que poderiam ser executadas nas escolas e que foram discutidas a partir de uma questão provocadora *“O que pode ser feito na minha escola para que todos/as possam entender e lidar melhor com as temáticas?”*.¹⁴

A forma como cada um dos 6 grupos realizou o processo educativo foi, sem dúvida, singular. A construção coletiva da Oficina, entretanto, permitiu trazer para o grande grupo e para esta reflexão, aspectos comuns que se aproximaram ou distanciaram do referencial ético-político de direitos humanos adotados na concepção da Oficina. Foi possível perceber que as temáticas causaram uma espécie de “incômodo” para parte dos educadores(as). Essa sensação apareceu carregada dos diferentes significados produzidos socialmente para explicar a orientação do desejo. Parte dos(as) educadores(as) explicitaram posturas orientadas por discursos religiosos que atribuem significados morais para a diversidade sexual, mostrando que não conseguiram ultrapassar a heteronormatividade instituída e aceita socialmente, resistindo mais a ser sujeito do processo educativo proposto. Por outro lado, em muitos grupos, a metodologia da Oficina foi capaz de dar visibilidade para os(as) participantes que compreendia a concepção de respeito como central para a Educação. Entretanto, mesmo entre pessoas que valorizavam o respeito, apareceram alguns limites

¹² Foram escolhidos 2 vídeos para serem disparadores da discussão: TV Piá e Identidades, gênero e diversidade sexual parte 4. Em cada uma das salas os vídeos foram trabalhados em momentos distintos (em uma das salas, não foi utilizado) porque dependeu do modo como cada grupo envolveu-se com o processo educativo.

¹³ Foram utilizados cartões com palavras e expressões que foram dispostos no centro do círculo de cadeiras onde sentaram-se os(as) participantes(as). A escolha foi produto do longo do processo formativo e representaram as escolhas conceituais feita pela equipe: Afeto, Corpo, Construção Social, Desejo, Discriminação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual, Educação Sexual, Erotismo, Família, Feminino, Gênero, Genitais, Heteronormatividade, Homem, Iniciação Sexual, Masculino, Masturbação, Mulher, Orientação Sexual, Prazer, Preconceito, Respeito, Sexo, Sexualidade, Transexual, Travesti, Violência.

¹⁴ A limitação sempre esteve clara para equipe, ou seja, sabíamos que ter propostas acordadas não implicaria na execução delas. Apesar desta fragilidade e do reconhecimento dos limites da proposta, reafirma-se a opção no investimento em uma aproximação e deslocamento com os(as) temáticas no processo educativo oferecido com a Oficina.

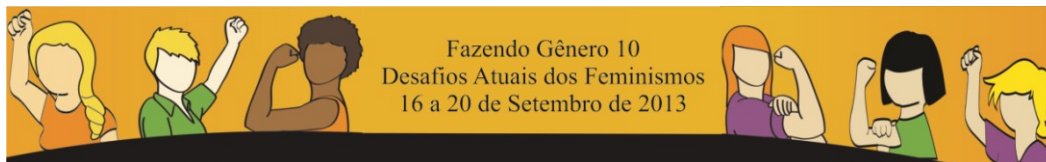


da aceitação, como foi o caso da dificuldade, que apareceu em 2 grupos, em aceitar um(a) filho(a) homossexual

Parte importante das discussões realizadas nos 6 grupos foram marcadas pela presença de uma concepção onde prevalece o determinismo do sexo biológico para o gênero, mostrando que estes(as) educadores/as quase não reconhecem a dimensão social do gênero e, ao contrário, grande parte reforça concepções que naturalizam, essencializam e valorizam hierarquicamente a sexualidade, o gênero, a identidade e o desejo a partir de discursos e práticas. Uma das falas de uma educadora sobre travestis, registrada em um dos grupos ilustra bem esta realidade: *“Eu não aceito a destruição do corpo, da mente e da alma. No mundo existe o homem e a mulher e na sociedade também é assim. As pessoas podem ter a sua opção sexual, mas não devem perder a essência dos valores.”*

Na maior parte dos grupos foi possível experimentar o processo educativo da Oficina cumprindo sua missão. Mesmo educadores(as) que se mostraram pouco familiarizados com as temáticas ou mesmo explicitamente resistentes ao deslocamento preconizado na estratégia, participaram na maior parte da dinâmica da Oficina. Nesse sentido, no processo educativo realizado com os(as) educadores(as) municipais, implicou em alguma abertura para desconstrução de resistências para promoção do respeito. Nas salas onde havia maior resistência dos(as) educadores(as), o maior deslocamento ocorreu para os(as) facilitadores(as), ao depararem com maiores desafios na efetivação do processo educativo pela identificação de barreiras sociais para implantação dos direitos sexuais e promoção de uma Educação promotora do respeito. Ao gerenciar discussões sobre direitos sexuais onde aparecem representações que igualam o direito de ser gay igual ao direito de não aceitar a homossexualidade, o(a) estudante é convidado a investir na escuta e no exercício de promover o encontro entre a diversidade de visão de mundo.

Apesar das resistências, as propostas de ação que foram discutidas e elaboradas em cada um dos 6 grupos parecem refletir a expectativa dos(as) educadores(as) em relação a continuidade de formação e portanto, indicam abertura para um deslocamento ainda maior em relação às temáticas trabalhadas. A partir da análise das propostas, pudemos verificar que algumas apresentam praticidade e viabilidade para sua execução, como a ideia de repassar o conteúdo da Oficina durante a reunião de equipe da escola. Outra proposta viável e rápida, foi a de organizar atividade didática de confecção de cartazes sobre as temáticas pelas crianças. Também entre as propostas apareceram os posicionamentos políticos que se caracterizam pelo reconhecimento da necessidade de discutir, no ambiente escolar, propostas de como orientar as crianças e os jovens de forma que auxiliem no



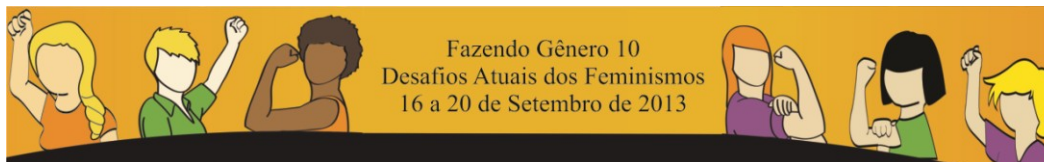
convívio e respeito às diferenças e a necessidade de “desmistificar” o que é ser “menino” e o que é ser “menina”, dando um novo olhar às brinquedotecas. Outras propostas implicavam no fortalecimento de parcerias e na continuidade do que se inaugurava com a realização da Oficina, como por exemplo, a demanda pela elaboração de um Jornal dos Direitos Humanos que tivesse a diversidade sexual em seu conteúdo e a necessidade de organizar e efetivar formações continuadas dos profissionais da SEDUC dentro das temáticas da Oficina.

Alguns posicionamentos durante o processo educativo revela que rede municipal de Santos ainda não incorporou na sua prática cotidiana aquilo que está preconizado no PNDH III e no Plano Nacional de Educação em Humanos. O processo permitiu identificar a necessidade de continuidade de forma a ampliar a participação e aprofundar as temáticas, pautados pelo procedimento da problematização que se mostrou potente para desconstrução de estigmas e preconceitos. Revelou a necessidade de compreender no ambiente escolar os desafios, a fragmentação e a resistência de olhar e discutir sexualidade e gênero.

Cotidianamente enfrenta-se resistências decorrentes do fardo histórico que vivemos quando se trata de descortinar gênero como organizador das relações sociais e, portanto, também das práticas profissionais e conceber a sexualidade como dimensão essencial da vida das pessoas. A transversalidade esperada para os direitos humanos também sofre resistências e parece ainda estar longe de ser incorporada na formação de futuros/as profissionais como parte essencial do processo formativo pelo qual devem passar os/as estudantes.

A potencialidade do processo vivido na Oficina indica a que é preciso também investir na ampliação do compromisso da Universidade em formar profissionais que colaborem com o rompimento da reprodução cotidiana da violação dos direitos de LGBT e com a promoção da equidade de gênero, enquanto parte de um projeto amplo de educação em direitos humanos. Trata-se também de uma tarefa de enfrentamento que não é simples, já que a própria Universidade é historicamente marcada pela linguagem hierarquizado do gênero e pela crença na hegemonia da sexualidade heterossexual.

A Educação deve comprometer-se com o reconhecimento pleno do sujeito de direito quem implica em reconhecer que este sujeito é também um sujeito sexual inserido em um sistema de gênero. O campo da sexualidade e o sistema de gênero devem ser consideradas pelas políticas públicas de educação desenvolvidas nas práticas cotidianas das instituições de ensino. Isto exige a garantia da laicidade nas práticas educativas, de forma a garantir a convivência entre as pessoas, apesar das diferenças. É preciso assumir e encarar que no cotidiano das instituições de educação há



reprodução de moralidades e julgamentos que levam, por vezes, à discriminação e violência. Ainda é preciso movimentar-se para ter no horizonte do campo das políticas e práticas de educação, o quadro ético-político que compreende que a democracia só se efetiva com a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, equidade de gênero e pelo reconhecimento destes elementos como constitutivos da cidadania.

Referências

JUNQUEIRA, R.D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, R., PELÚCIO, L. (Orgs.). Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012, p. 277-305.

MAIO, E.R. Gênero, educação sexual no espaço escolar, priorizando a educação infantil e ensino fundamental- 1º ao 5º ano, In: SIMILI, I.G. (Org.), Corpo, Gênero e Sexualidade, Formação de Professores – EAD, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011, p. 89-104.

NARDI, H.C., O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: A comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa, In: Psicologia & Sociedade; 20, Edição Especial: 12-23, 2008.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.

Programa Nacional Direitos Humanos 3, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2009.

Education, Gender and Sexualities: deconstructions in formation university

Abstract: This is some reflections on an experiment by the Centre for Human Rights in partnership with the Center for the Study Heleieth Saffioti UNIFESP / Baixada Santista. The workshop "Gender, Diversity and Rights" with professionals from the Secretaria Municipal de Santos (Schedule First Week of Sexual Diversity Santos/2012) generated subsidies for understanding the place of the themes Gender and Sexualities in university formation and showed that are still incipient in activities of teaching, research and extension of campus. The daily lives of educators in the relations established in the University and in schools reveals difficulties in complying with the National Plan for Human Rights Education. The Education is marked by the language of gender and belief in the hegemony of heterosexual sexuality. The experience resulted in the establishment of a process (teaching / extension / stage) committed to a college education that breaks the reproduction rights violations. Educational processes should invest in training that conceives people as subjects of rights holders, including the exercise of sexuality and education institutions should be committed to the ethical-political horizon of human rights.

Keywords: Education. Formation. Gender. Sexualities